



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Polícia Judiciária Militar



Plano de Atividades 2016





ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| NOTA INTRODUTÓRIA | 3 |
| CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES | 3 |
| MISSÃO..... | 3 |
| VISÃO..... | 3 |
| PRINCÍPIOS E VALORES..... | 4 |
| ESTRUTURA ORGÂNICA..... | 5 |
| ESTRATÉGIA | 6 |
| OBJETIVOS ESTRATÉGICOS..... | 6 |
| OBJETIVOS OPERACIONAIS..... | 7 |
| Objetivos de Eficácia..... | 7 |
| Objetivos de Eficiência..... | 7 |
| Objetivos de Qualidade | 7 |
| ATIVIDADES PREVISTAS | 8 |
| ATIVIDADES ESTRATÉGICAS | 8 |
| Atividades do Objetivo Estratégico – OE1 | 8 |
| Atividades do Objetivo Estratégico – OE2 | 8 |
| Atividades do Objetivo Estratégico – OE3..... | 9 |
| Atividades do Objetivo Estratégico – OE4..... | 10 |
| ATIVIDADES NÃO ESTRATÉGICAS | 10 |
| AFETAÇÃO DE RECURSOS..... | 11 |
| RECURSOS HUMANOS..... | 11 |
| RECURSOS FINANCEIROS..... | 12 |



NOTA INTRODUTÓRIA

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste documento, a PJM apresenta o Plano de Atividades para o ano de 2016, tendo em conta o disposto no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro, e a Lei nº.66-B/2007, de 28 de dezembro.

Enquanto instrumento de gestão, o Plano de Atividades pretende definir a estratégia, hierarquizar opções, programar ações, afetar e mobilizar os recursos necessários ao cumprimento dos objetivos a atingir, para cumprir a missão que está atribuída a esta Polícia, por força da sua Lei Orgânica.

A PJM dispõe de autonomia administrativa e tem a sua sede em Lisboa, no edifício de apoio ao EMGFA, situado na rua Gonçalves Zarco, onde funciona a Direção.

A PJM atua no processo sob a direção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional, exerce a sua atividade nas áreas territoriais de competência reguladas pelo art. 110.º e art. 112.º do Código de Justiça Militar (CJM).

O plano consubstancia a alocação dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades, que visam a concretização dos objetivos previstos para 2016.

MISSÃO

A Polícia Judiciária Militar tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação criminal, desenvolver e promover as ações de prevenção e investigação criminal da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

Tem como atribuições:

- Coadjuvar as autoridades judiciárias em processos relativos a crimes cuja investigação lhe incumba realizar ou quando se afigure necessária a prática de atos que antecedem o julgamento e que requerem conhecimentos ou meios técnicos especiais;
- Efetuar a deteção e dissuasão de situações propícias à prática de crimes estritamente militares, em ligação com outros órgãos de polícia criminal e com as autoridades militares;
- Realizar a investigação dos crimes estritamente militares e de crimes comuns cometidos no interior de unidades, estabelecimentos e órgãos militares, nos termos previstos no Código do Processo Penal.

VISÃO

A Polícia Judiciária Militar, enquanto Corpo Superior de Polícia Criminal, atuante no sistema jurídico-penal militar, deve afirmar-se como interlocutor privilegiado entre as Autoridades Judiciárias e os Comandantes, Diretores ou Chefes Militares, promovendo a cooperação com outros Órgãos de



Polícia Criminal (OPC's), na obtenção da verdade material sobre os factos suscetíveis de constituir ilícitos criminais, pautando-se pelo cumprimento do Direito.

Para conseguir tal desiderato, a PJM deve manter-se na busca permanente da excelência, focando-se na eficácia e eficiência da utilização dos recursos de que dispõe, de modo a criar, desenvolver e manter a credibilidade dos seus serviços e a confiança de quem serve.

PRINCÍPIOS E VALORES

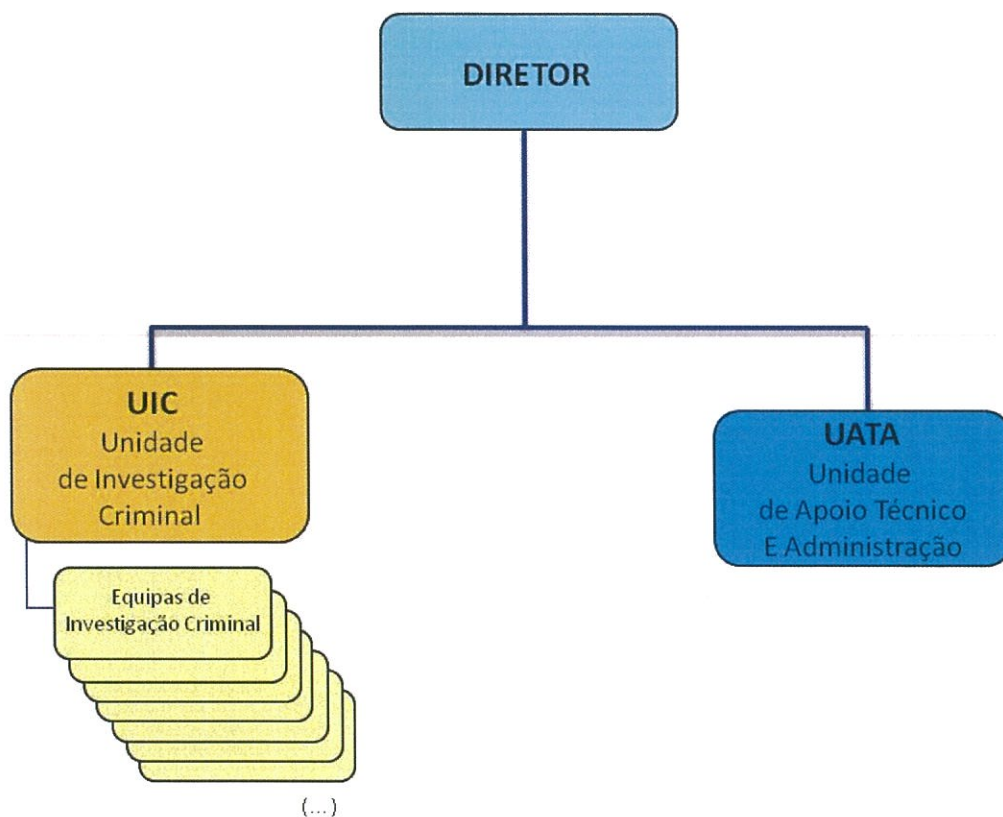
Para concretizar a visão definida e dar cumprimento à sua missão, a PJM, enquanto corpo superior de polícia criminal no sistema jurídico penal militar, organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Defesa Nacional, rege-se por um conjunto de princípios orientadores e valores dos quais se destacam os seguintes:

Legalidade – Atuar sempre em conformidade com a lei e os princípios do Direito;

Espírito de missão – Valorizar o esforço, o sacrifício e a lealdade como elementos fundamentais do bem servir e de coesão das instituições;

ESTRUTURA ORGÂNICA

Em conformidade com o estabelecido na nova Lei Orgânica, a estrutura da PJM é a seguinte:



ESTRATÉGIA

A estratégia do presente Plano de Atividades para 2016, foi delineada a partir dos Objetivos Estratégicos estabelecidos pela Direção da PJM. Assim foram estabelecidos os Objetivos Operacionais, os quais constam igualmente do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR). Na prossecução dos Objetivos Estratégicos e Operacionais foram identificadas as atividades a desenvolver.

Para o ano de 2016, a PJM orienta novamente o desenvolvimento da sua atividade para a eficácia e eficiência da investigação criminal, tendo por objectivo cumprir o Direito, promover as acções de prevenção e investigação criminal da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes. em benefício da eficácia das Forças Armadas.

Em termos de cooperação, a PJM pretende incrementar ações com as autoridades judiciárias e outros órgãos de polícia criminal.

Para garantir e assegurar a eficácia das relações funcionais pretende agilizar os mecanismos de comunicação, partilha de conhecimentos e informação, com o objetivo de fomentar e aprofundar o ambiente de confiança entre instituições.

Como nos anos anteriores, em 2016, o recrutamento, a gestão e a valorização dos recursos humanos vai continuar a merecer uma atenção especial. Neste contexto irá ocorrer a formação e qualificação de investigadores, com a colaboração da Polícia Judiciária, em áreas específicas de investigação criminal, nomeadamente dos crimes económicos e informáticos, bem como na Inspeção Judiciária à “cena do crime”.

No âmbito da valorização profissional dos seus funcionários, serão realizadas ações de formação, na área administrativa, financeira, investigação criminal e tecnologias de informação, recorrendo para o efeito às suas competências internas ou com recurso a organismos externos.

Mantem-se a intenção de, no ano de 2016, realizar palestras junto de Unidades, Estabelecimentos e Órgãos Militares, com o intuito de promover a divulgação da atividade da PJM. Estas ações visam concomitantemente a dissuasão e prevenção de situações propícias à prática de crimes.

Pretende-se ainda, no ano de 2016, continuar a estabelecer ações no sentido racionalizar a utilização dos recursos disponíveis e persistir na obtenção de equipamento de apoio à atividade da investigação criminal.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos correspondem aos grandes desígnios que se colocam à PJM

e são os seguintes:

OE 1 – Contribuir para a celeridade e qualidade da justiça penal militar;



OE 2 - Assegurar a eficácia das relações funcionais com as autoridades judiciárias, órgãos de polícia criminal e hierarquia das Forças Armadas;

OE 3 - Valorizar o capital humano;

OE 4 - Otimizar a utilização dos recursos.

OBJETIVOS OPERACIONAIS

Os objetivos operacionais foram agrupados de forma a permitirem, com facilidade, implementar as metodologias de gestão orientada para os resultados. Consideram-se 3 tipos de objetivos operacionais, que servem como parâmetros de avaliação:

Objetivos de Eficácia

A eficácia é entendida como a medida em que um serviço atinge os seus objetivos e obtém ou ultrapassa os resultados esperados. Tem os seguintes objetivos operacionais:

- **Fomentar a qualificação dos recursos humanos;**
- **Garantir a operacionalidade do material principal.**

Objetivos de Eficiência

A eficiência enquadra a relação entre os bens produzidos e os serviços prestados com os recursos utilizados. Tem os seguintes objetivos operacionais:

- **Promover um ambiente de perícia técnica para apoio à investigação;**
- **Reduzir o tempo de pendência processual.**

Objetivos de Qualidade

A qualidade traduz-se no conjunto de propriedades e características de bens ou serviços, que lhes conferem aptidão para satisfazer necessidades explícitas ou implícitas dos utilizadores. Tem os seguintes objetivos operacionais:

- **Estreitar a cooperação com outros agentes da justiça e autoridades militares.**

**ATIVIDADES PREVISTAS****ATIVIDADES ESTRATÉGICAS****Atividades do Objetivo Estratégico – OE1**

OE1 – Contribuir para a celeridade e qualidade da justiça criminal penal militar

Objetivos Operacionais

OP1 – Promover um ambiente de perícia técnica orientado para apoio à investigação.

OP2 – Reduzir o tempo de pendência processual.

| N.º | Atividades | Indicadores de Realização | | | Custos | Responsabilidade |
|-----|--|--|-----------------|------------------------|----------|------------------|
| | | Indicador de Medida | Meta | Meio de Verificação | | |
| 1.1 | Promover um ambiente de perícia técnica orientado para apoio à investigação | Quociente entre nº. r/positivas e nº. Solicitações | [87,5% a 92,5%] | PJM.SIADAP 2_2016 UATA | 16.717 € | UATA |
| | Atualizar o manual de investigação criminal da PJM, com a introdução de novos procedimentos de gestão da "cena do crime" | Verificação de aditamentos ao manual do investigador | 2 | Verificação do manual | 13.067 € | UATA/UIC |
| 1.2 | Reduzir o tempo de pendência processual | % anual de conclusão dos inquéritos criminais entrados até 30 setembro | [67,5% a 72,5%] | PJM.SIADAP 2_2016 UIC | 58.135 € | UIC |

Atividades do Objetivo Estratégico – OE2

OE2 – Assegurar a eficácia das relações funcionais com as autoridades judiciárias, órgãos de polícia criminal e hierarquia das Forças Armadas.

Objetivos Operacionais

OP1 – Estreitar a cooperação com outros agentes da justiça e autoridades militares.



| N.º | Atividades | Indicadores de Realização | | | Custos | Responsabilidade |
|-----|--|--|------|-----------------------|----------|------------------|
| | | Indicador de Medida | Meta | Meio de Verificação | | |
| 2.1 | Divulgar a atividade da PJM, junto de órgãos, entidades e estabelecimentos militares | Total de assistentes a palestras e conferências em UEO militares | 50 | PJM.SIADAP 2_2016 UIC | 29.934 € | UIC |
| | Promover a facilidade de comunicação com Autoridades Judiciais e outros OPC's | Total de reuniões de trabalho com Procuradores e outros OPC | 50 | PJM.SIADAP 2_2016 UIC | 75.284 € | UIC |

Atividades do Objetivo Estratégico – OE3

OE3 – Valorizar o capital humano.

Objetivos Operacionais

OP1 – Fomentar a qualificação dos recursos humanos.

| N.º | Atividades | Indicadores de Realização | | | Custos | Responsabilidade |
|-----|--|---|---------|--------------------------------------|-------------|------------------|
| | | Indicador de Medida | Meta | Meio de Verificação | | |
| 3.1 | Fomentar a qualificação dos recursos humanos | total de participantes em formação | 35 a 45 | PJM /Formação 2016/Formação Info.xls | 28.255 € | UATA |
| | Garantir a atualização de conhecimentos | total de participantes em formação | 35 a 45 | PJM /Formação 2016/Formação Info.xls | 63.030 € | UATA |
| | Obter e manter os recursos humanos | Rhumanos em 31DEZ2015/ Rhumanos planeados | 90% | Mapa de Pessoal | 2.405.141 € | UATA |

**Atividades do Objetivo Estratégico – OE4**

OE4 – Otimizar a utilização dos recursos.

Objetivos Operacionais

OP1 – Garantir a operacionalidade do material principal.

| N.º | Atividades | Indicadores de Realização | | | Custos | Responsabilidade |
|-----|--|---|-----------|--|----------|------------------|
| | | Indicador de Medida | Meta | Meio de Verificação | | |
| 4.1 | Garantir a operacionalidade do material | média anual das % mensais de operacionalidade do material principal | 90% a 95% | PJM SIADAP 1 _2016.xls/ Obj 2 MatPrincipal | 80.912 € | UATA |
| | Garantir a renovação do material / investimentos | Quociente entre o investimento realizado e o planeado | 80% a 85% | PJM SIADAP 2 _2016.xls/ Ren-Material | 57.488 € | UATA |
| | Garantir a manutenção das instalações | Quociente entre as ações realizadas e as planeadas | 90% a 95% | PJM SIADAP 2 _2016.xls/ Man-Instalações | 46.583 € | UATA |

ATIVIDADES NÃO ESTRATÉGICAS

| N.º | Atividades | Indicadores de Realização | | | Custos | Responsabilidade |
|-----|--|--------------------------------|------|---------------------------|---------|------------------|
| | | Indicador de Medida | Meta | Meio de Verificação | | |
| 1 | Exercícios inspeção judiciária "Gestão da Cena do Crime" | Nº. Exercícios Realizados | 2 | Registo de controlo 2016 | * | UIC UATA |
| 2 | Curso "Peritos da cena do Crime" | Nº. Exercícios Realizados | 1 | Registo de controlo 2016 | | UIC UATA |
| 3 | Exercícios de Tática de Intervenção Policial | Nº. Exercícios Realizados | 2 | Registo de controlo 2016 | | UIC UATA |
| 4 | Promover o sentimento de pertença entre o pessoal da PJM | Conjunto de eventos realizados | 1 | Registo Eventos -2016.xls | 4.400 € | UATA |

*Custos já contemplados nas atividades estratégicas.

AFETAÇÃO DE RECURSOS

RECURSOS HUMANOS

A nova gestão de recursos humanos dos serviços públicos é baseada em mapas de pessoal, de atualização anual, com identificação dos postos de trabalho necessários à execução das atividades, sendo estas condicionadas pelas atribuições, objetivos anuais e pelos recursos financeiros disponíveis, numa lógica de gestão por objetivos.

O exercício da missão da PJM, no contexto da gestão dos recursos humanos, é estruturado de acordo com o princípio da Qualificação dos Recursos Humanos, mediante uma aposta na respetiva formação e motivação, tendo em vista obter o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus dirigentes e funcionários.

Efetivamente, pretende-se uma dimensão de recursos compatível com as exigências de qualidade, eficiência e eficácia do serviço, agilizando a sua intervenção e focalizando a sua atuação na satisfação das necessidades.

A aplicação do novo sistema de vínculos, carreiras e remunerações implica uma monitorização da relação entre as exigências do serviço, o desenvolvimento das competências e os perfis funcionais dos recursos humanos disponíveis, podendo alterar a previsão e calendarização já efetuada, quanto à necessidade de preenchimento de novos postos de trabalho.

Este preenchimento, sempre condicionado pelas disponibilidades financeiras, será efetuado por recurso aos mecanismos de recrutamento, seleção de pessoal e mobilidade previstos para a Administração Pública.

A PJM dispõe, para a prossecução das suas atividades para o ano de 2016, de um total de 91 trabalhadores, que se distribuem de acordo com o quadro apresentado. Estes dados têm como referência a data de 01 de fevereiro de 2016, refletindo a estrutura orgânica em vigor.

| Grupo de Pessoal | Direção | UATA | UIC | Total Atual | Mapa Pessoal |
|--------------------------|---------|------|-----|-------------|--------------|
| Dirigentes | 1 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| Militares | 0 | 20 | 38 | 58 | 60 |
| Técnicos Superiores | 0 | 2 | 0 | 2 | 2 |
| Técnicos Informática | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 |
| Assistentes Técnicos | 0 | 15 | 0 | 15 | 18 |
| Assistentes Operacionais | 0 | 4 | 0 | 4 | 7 |
| Totais | 1 | 43 | 39 | 83 | 91 |



RECURSOS FINANCEIROS

Após a definição do *plafond* para 2016, verificou-se um aumento significativo ao nível das Despesas com Pessoal, fruto da alteração legislativa plasmada no EMFAR.

A redação do novo EMFAR, especificamente do artigo 147º, implicou a assunção das despesas referentes às remunerações dos militares de cada ramo pelo orçamento da PJM. Neste sentido, o orçamento da PJM para 2016 teve um incremento significativo, fixando-se o *plafond* nos 2.879.161,00€.

Deste modo, irá otimizar-se a utilização dos recursos financeiros em três áreas, para consubstanciar as atividades previstas no presente plano, nomeadamente:

Despesas com recursos humanos;

Despesas com aquisição de bens e serviços;

Despesas de investimento.

Tendo em conta a forte redução do orçamento consignado à PJM nos últimos anos, nomeadamente, no que concerne a Vida Corrente e Funcionamento Normal, com grande impacto na área do Investimento, a atividade respeitante ao **Objetivo Estratégico 4 – garantir a renovação do material/investimento**, foi contemplada com um valor considerado minimamente aceitável, tendo em vista a renovação de material e equipamento operacional da PJM, com destaque para a renovação da frota automóvel (sendo que esta carece de um reforço já acertado com a tutela), que caso não continue a ser acautelada a sua substituição, poderá condicionar a atividade da Polícia, bem como a aquisição de material informático e de Laboratório.

PJM Lisboa, 12 de fevereiro de 2016

O DIRETOR-GERAL

LUÍS AUGUSTO VIEIRA
COR AM"CMD"